

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer realização de Audiência Pública para tratar do potencial brasileiro para a energia solar fotovoltaica e dos incentivos necessários ao desenvolvimento dessa fonte no país.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para tratar do potencial brasileiro para a energia solar fotovoltaica e dos incentivos necessários ao desenvolvimento dessa fonte limpa no país.

Para a referida audiência, sugiro que sejam convidados os seguintes expositores:

- Representante do Greenpeace Brasil;
- Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Representante da ANEEL;
- Roberto Zilles, Chefe da Divisão de Energia e Ambiente do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo - USP;
- Representante da ABSOLAR – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica.

JUSTIFICATIVA

O Brasil é um dos países do mundo com maior índice de irradiação solar. Para que se tenha ideia, se 10% da área degradada da Amazônia fosse coberta por painéis solares conseguiríamos gerar toda a eletricidade consumida atualmente pelo país. Apesar disso, o potencial da fonte segue despercebido pelo Governo Brasileiro, que continua a investir numa matriz elétrica baseada em hidrelétricas e térmicas.

As consequências dessa escolha são claras: em meio a uma estiagem prolongada – fruto das mudanças climáticas -, a geração das hidrelétricas fica comprometida. Isso faz com que cada vez mais o Governo tenha que comprar energia das termelétricas, que além de altamente poluentes também são caras. Em 2014 o preço do MWh de eletricidade vinda das térmicas ultrapassou o patamar dos R\$800,00 – valor quase quatro vezes mais alto que o da fonte solar, negociado no leilão exclusivo do dia 31 de outubro de 2014 ao preço médio de R\$215,12/MWh. O peso dessa política é sentido no bolso pelo brasileiro: do Norte ao Sul do país as contas de luz sofreram aumentos de ao menos 50% do último ano para cá.

O país pode e precisa fazer da crise elétrica e hídrica uma oportunidade para mudar o rumo de seu planejamento energético. Já existem suficientes razões políticas, econômicas e técnicas para que invistamos no desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no país. Para isso, é preciso que o Governo ouça as demandas do setor e da sociedade civil, de forma a construir em conjunto com eles um plano de medidas capazes de alavancar a participação da fonte em nossa matriz elétrica.

Mais do que simplesmente garantir que não teremos outro apagão, precisamos garantir que o país terá toda a energia que precisa para seguir seu desenvolvimento econômico e continuar ocupando o importante papel que tem no cenário internacional. É com este objetivo que solicito o apoio dos nobres deputados para aprovação deste requerimento.

Sala da comissão, em 12 de março de 2015.

Deputado Arnaldo Jordy

PPS / PA